

DESAFIOS DO AJUSTE

Economistas defendem desindexação gradual

Regras de reajuste anual de contratos e preços se aproximam de seu momento mais delicado

DENISE NEUMANN

Faltam menos de 40 dias para o Plano Real completar um ano. No dia 1º de julho, a inflação dos 12 primeiros meses do plano estará próxima de 32%. Nesse momento, em função das regras de reajuste anual de contratos e preços, estarão convergindo uma série de fatores que podem empurrar o plano para momentos bastante delicados.

Na passagem de junho para julho as tarifas públicas completam um ano sem reajuste de preço e vários contratos de compra de bens ou fornecimento de serviços ganham direito a correção. Mas outros fatores compõem o cenário de transição e vão atrapalhar a tentativa de desindexação completa da economia.

Na avaliação de economistas especializados no estudo da inflação, a correção anual de preços, salários e contratos ainda será a grande regra da economia no segundo ano do plano. Enquanto a inflação brasileira não ficar abaixo de um dígito, é impossível sonhar com o fim de qualquer indexação. "O melhor é prorrogar a regra", observa Flávio Nolasco, economista-chefe da Brasilpar. "Se o governo retirar a regra de indexação anual, os efeitos podem ser piores", acrescenta. Ele teme, principalmente, a opção dos agentes por regras mais freqüentes de reajuste automático caso o governo não acene com a garantia de uma reposição anual. "Na transição, é melhor, às vezes, dar um passo atrás para depois dar dois para a frente."

"Não é possível desindexar neste

momento", concorda Ernesto Moreira Guedes Filho, economista da MCM Consultores. "Com uma inflação anual entre 30% e 40% é praticamente impossível manter a economia sem mecanismos de indexação", acrescenta Antônio Correa de Lacerda, presidente do Conselho Regional de Economia.

Os economistas explicam que muitos preços que deveriam ser reajustados apenas no aniversário do plano foram renegociados ao longo dos últimos 12 meses, situação que reduz o impacto de um eventual repasse da inflação acumulada em 32%. Um provável reajuste das tarifas públicas será o principal fator de pressão sobre a inflação nos próximos meses. Só um aumento de 20% das tarifas públicas e de 10% nos combustíveis provocaria um impac-

to de 3,2 pontos percentuais no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP, calcula Heron do Carmo, coordenador da pesquisa.

"Mas esse impacto seria diluído em pelo menos em quatro meses", diz. Na composição do IPC, as tarifas pesam 13% e os combustíveis 6%. O reajuste das tarifas públicas

resultariam em um aumento de 2,6 pontos percentuais no índice. O aumento dos combustíveis representaria mais 0,6 ponto percentual. Guedes Filho, da MCM, acredita que o governo apenas permita um reajuste no preços dos combustíveis em dezembro. Antes, não. "Os combustíveis provocam impacto direto nos índices de inflação e também indireto porque influenciam custos ao longo de toda a cadeia produtiva", explica. Ele calcula que apenas o reajuste previsto para ônibus urbano e metrô, em São Paulo, vai provocar uma alta de um ponto percentual na inflação.



PREÇOS VÊM
SENDO
RENEGOCIADOS
FORA DO PRAZO